





Secretária

## PROJETO DE LEI Nº 045 DE 03 DE NOVEMBRO DE 2025.

“Dispõe sobre a regulamentação, no âmbito do Município de Inhumas-GO, das operações de crédito com desconto automático em folha de pagamento, empréstimo consignado e do uso de cartão-benefícios, em observância à Lei Federal nº 14.509/2022, e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE INHUMAS, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, **APROVOU** e o Prefeito Municipal **SANCIONO** a seguinte Lei:

### CAPÍTULO I- DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

**Art. 1º-** Esta Lei regula, no âmbito do Município de Inhumas-GO, a contratação, a formalização, a execução e o desconto em folha de pagamento de operações de crédito com desconto automático, empréstimo consignado, bem como, o uso e desconto relativo ao denominado “cartão-benefícios”, em observância à Lei Federal nº 14.509/2022 e demais normas federais aplicáveis.

**Art. 2º-** Para os fins desta Lei, consideram-se:

- I- Consignação em folha: desconto autorizado no contracheque do servidor, aposentado ou pensionista, para pagamento de obrigação assumida pelo interessado;
- II- Empréstimo consignado: operação de crédito contratada com desconto automático em folha;
- III- Cartão-benefícios: cartão ou mecanismo eletrônico destinado ao custeio de despesas autorizadas pelo beneficiário, cujo pagamento possa ser efetuado por meio de descontos em folha quando previamente autorizado;

IV- Margem consignável: percentual máximo da remuneração mensal passível de desconto para consignações, nos termos da Lei Federal nº 14.509/2022.

### CAPÍTULO II- DA OBSERVÂNCIA DA MARGEM CONSIGNÁVEL E REGRAS GERAIS

**Art. 3º-** O total de consignações facultativas não poderá exceder a 45% (quarenta e cinco por cento) da remuneração mensal do servidor, aposentado ou pensionista, observado o percentual máximo e a divisão de margens estabelecidos na



legislação federal aplicável, sem prejuízo das regras de transição e das exceções legais previstas.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O limite de 45% (quarenta e cinco por cento) será distribuído da seguinte forma:

- I- Até 35% (trinta e cinco por cento) destinados exclusivamente a empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil;
- II- Até 10% (dez por cento) destinados exclusivamente à utilização do chamado cartão-benefícios, conforme previsão em legislação federal e regulamentação específica.

**Art. 4º-** As operações de consignação em folha, no âmbito do Município, deverão observar, no mínimo, os seguintes requisitos:

- I- Autorização expressa, livre e informada do titular (servidor, aposentado ou pensionista), por escrito ou por meio eletrônico que assegure sua identidade e manifestação de vontade;
- II- Apresentação de contrato escrito, com cláusulas claras sobre taxa de juros nominal e efetiva, Custo Efetivo Total (CET), número de parcelas, valor da parcela, índice de atualização, se houver, encargos e encargos por atraso;
- III- Possibilidade de quitação antecipada, com indicação do cálculo do saldo residual e eventual redução proporcional de encargos;
- IV- Proibição de desconto de valores não previstos contratualmente ou de valores que não tenham sido expressamente autorizados pelo servidor;
- V- Observância das normas de proteção de dados pessoais (Lei nº 13.709/2018 — LGPD) no tratamento das informações do titular;
- VI- Compatibilidade técnica com o sistema de processamento de folha do Município, evitando pagamento indevido ou bloqueio de remunerações essenciais.

### **CAPÍTULO III- DO CARTÃO-BENEFÍCIOS**

**Art. 5º-** Considera-se cartão-benefícios, para efeitos desta Lei, o instrumento eletrônico ou físico fornecido por instituições credenciadas que possibilite ao beneficiário utilizar valores destinados a despesas previamente definidas, cujo pagamento possa ser objeto de desconto em folha mediante autorização.





Secretária

**Art. 6º-** O desconto em folha relativo ao cartão-benefícios observará, no âmbito municipal, as seguintes regras:

- I- Dependerá de autorização prévia, expressa e individual do titular;
- II- A parcela destinada ao cartão-benefícios será contabilizada dentro da margem consignável prevista na legislação federal, não podendo ultrapassar a reserva específica destinada a tal fim;
- III- O contrato que autoriza o desconto deverá informar, de modo claro e legível, a finalidade do benefício, local de utilização, valores e periodicidade do desconto, regras de estorno, procedimento de contestação de lançamentos e contatos da instituição emissora;
- IV- É vedado o desconto em folha para cartão-benefícios sem a previsão contratual e a autorização do titular;
- V- O Município, ao celebrar convênio ou autorizar adesão a sistema de cartão-benefícios, exigirá cláusulas que assegurem transparência, atendimento ao beneficiário e mecanismos de resolução de conflitos.

**Art. 7º-** A Administração Municipal deverá garantir que o uso do cartão-benefícios não resulte em comprometimento indevido da remuneração, preservando os valores imprescindíveis à manutenção da subsistência do titular.

#### **CAPÍTULO IV- DA FORMALIZAÇÃO, AUTORIZAÇÃO DE INSTITUIÇÕES E PROCEDIMENTOS**

**Art. 8º-** A consignação em folha somente será efetuada após:

- I- Conferência prévia de margem consignável disponível;
- II- Verificação documental da regularidade do contrato;
- III- Registro eletrônico do consentimento do titular e de suas condições contratuais.

**Art. 9º-** Somente poderão realizar operações de consignação em folha, no âmbito do Município, instituições financeiras ou empresas devidamente credenciadas pela Prefeitura Municipal de Inhumas, observadas normas federais e regulamentações do Banco Central do Brasil e outros órgãos competentes.

§ 1º A Prefeitura manterá cadastro público atualizado das instituições autorizadas a operar consignados com servidores municipais, aposentados e pensionistas vinculados ao regime municipal.





Secretária

§ 2º O credenciamento exigirá, entre outros documentos, certidão negativa de débitos trabalhistas e fiscais, comprovante de idoneidade e compromisso de observância das normas de proteção de dados e de transparência.

**Art. 10-** O Município poderá firmar termos de cooperação técnica com órgãos federais e estaduais para integração de sistemas que agilizem e tornem segura a operação do desconto em folha, preservando a segurança e a privacidade dos dados..

## **CAPÍTULO V- DOS DIREITOS DO TITULAR E MECANISMOS DE CONTROLE**

**Art. 11-** São direitos do titular da consignação:

- I- Obter, gratuitamente, cópia do contrato e demonstrativo atualizado do saldo devedor;
- II- Solicitar, a qualquer tempo, a suspensão ou a revogação de autorização de desconto (observadas as cláusulas contratuais e prazos operacionais);
- III- Contestar lançamentos indevidos e requerer estorno nos termos legais;
- IV- Receber informação clara sobre o impacto do desconto em sua remuneração líquida.

## **CAPÍTULO VI- DAS PENALIDADES, FISCALIZAÇÃO E INFRAÇÕES**

**Art. 12-** Constitui infração administrativa, sujeita às sanções previstas em regulamento municipal:

- I- Proceder consignação sem prévia autorização do titular;
- II- Cobrar encargos, tarifas ou realizar descontos não previstos contratualmente;
- III- Descumprir regra de margem consignável ou desrespeitar reservas legais;
- IV- Violar regras de proteção de dados do titular.

**Art. 13-** As sanções poderão incluir advertência, multa administrativa, suspensão do credenciamento e outras previstas em regulamento, assegurado o contraditório e a ampla defesa.









Secretária

## CAPÍTULO VII- DA TRANSIÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

**Art. 14-** As consignações existentes na data de publicação desta Lei deverão ser compatibilizadas com suas disposições e com a legislação federal, observadas eventuais regras de transição previstas em normas superiores.

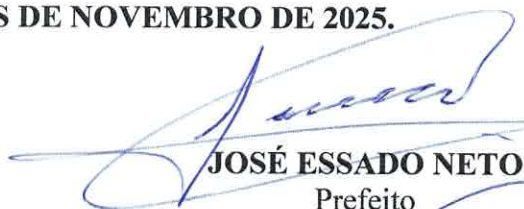
**Art. 15-** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a editar decreto regulamentar para execução desta Lei, definindo procedimentos operacionais, formulários, regras específicas de cálculo e demais providências técnicas, inclusive prazo para adequação de sistemas e a integração com eventuais plataformas federais.

## CAPÍTULO VIII- DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 16-** Esta Lei aplica-se aos servidores públicos municipais ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao regime próprio do Município, sem prejuízo de aplicação subsidiária de normas federais e estaduais.

**Art. 17-** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 2.569/2004.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE INHUMAS, AOS 03 DIAS DO MÊS DE NOVEMBRO DE 2025.**

  
**JOSÉ ESSADO NETO**  
Prefeito

  
**ITAMAR JÚNIOR FLÔRES DE PAULA**  
Secretário de Gestão



## JUSTIFICATIVA

### DD Presidente da Câmara de Vereadores de Inhumas

Sr. Hugo Pessoni

Senhores Vereadores

O presente Projeto de Lei tem por finalidade disciplinar, no âmbito do Município de Inhumas/GO, a contratação, formalização, execução e desconto em folha de pagamento de operações de crédito com desconto automático, os denominados empréstimos consignados e o uso do cartão-benefícios, em conformidade com a Lei Federal nº 14.509/2022 e demais normas federais correlatas.

A proposta busca modernizar e uniformizar os procedimentos administrativos referentes às consignações em folha de pagamento, garantindo segurança jurídica, transparência e proteção ao servidor público municipal, bem como adequação às novas diretrizes nacionais sobre o tema.

Nos últimos anos, o sistema de consignações passou por importantes atualizações normativas no âmbito federal, especialmente com a edição da Lei nº 14.509/2022, que alterou dispositivos da Lei nº 10.820/2003 e do Estatuto dos Servidores Públicos Federais, ampliando a margem consignável e incluindo o cartão-benefício como modalidade específica de desconto em folha.

Diante disso, tornou-se indispensável a edição de norma local que harmonize a legislação municipal às regras federais, disciplinando de forma clara os limites, autorizações, procedimentos e controles aplicáveis às operações de crédito e demais consignações, de modo a evitar abusos, proteger os servidores e assegurar a adequada gestão das informações e descontos realizados na folha de pagamento.

O projeto estabelece, entre outros pontos:

- A definição dos conceitos básicos de consignação, empréstimo consignado, cartão-benefício e margem consignável;
- A fixação do limite máximo de 45% da remuneração mensal para descontos facultativos, em conformidade com a legislação federal, sendo 35% para empréstimos e financiamentos e 10% destinados ao cartão-benefício;
- A obrigatoriedade de autorização expressa e individual do servidor para qualquer desconto, seja por meio físico ou eletrônico;
- A exigência de clareza contratual, com informações completas sobre taxas, encargos e custo efetivo total;





Secretária

- A proteção de dados pessoais dos servidores, em observância à Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018);
- A necessidade de credenciamento prévio das instituições financeiras junto à Prefeitura, com comprovação de idoneidade e regularidade fiscal;
- E, por fim, a instituição de mecanismos de fiscalização e sanção, garantindo transparência, responsabilidade e respeito aos direitos do servidor.

A regulamentação local também confere maior controle à Administração Municipal, permitindo o acompanhamento das instituições que operam consignações e o monitoramento das margens consignáveis, evitando o superendividamento dos servidores e promovendo a sustentabilidade financeira da folha de pagamento.

Ademais, ao tratar especificamente do cartão-benefício, a proposta busca evitar o uso indevido desse instrumento e assegurar que sua aplicação ocorra apenas mediante autorização expressa do titular, dentro dos limites legais e em condições contratuais transparentes, resguardando o caráter alimentar da remuneração dos servidores.

Portanto, o presente Projeto de Lei não apenas adequa o Município às normas federais vigentes, mas também fortalece a governança administrativa, a transparência pública e a proteção dos servidores municipais, garantindo equilíbrio entre a autonomia individual e o interesse público na gestão das consignações em folha.

Diante do exposto, solicita-se o apoio e aprovação deste Projeto de Lei, que representa um importante avanço na organização administrativa e na promoção de uma política municipal responsável e segura de consignações e operações de crédito.

  
**JOSÉ ESSADO NETO**  
Prefeito